CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2026– PMBGR/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026– PMBGR/PI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026– PMBGR/PI

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA M M DA SILVA E SOUSA (COMERCIAL SAO MIGUEL), CNPJ Nº 42.557.318/0001-18.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Chiquinho Ezequiel, s/nº – Centro, Baixa Grande do Ribeiro (PI), inscrita no CNPJ sob o nº 25.140.579/0001-19, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, a Srª. Rita Rodrigues do Santos Gomes, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº **924.634.523-15**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **M M DA SILVA E SOUSA (COMERCIAL SAO MIGUEL)**, inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 42.557.318/0001-18, IE: 196946190** sediada na **R ISIDORIO GOMES, Nº 2760, LOJA A, CENTRO, BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI, CEP: 64.868-000, Telefone: (89) 3570-1411**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo Sr(a). **MAURINETE MOTA DA SILVA E SOUSA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **84216085334**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 146/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do **Pregão Eletrônico nº 041/2026**, realizado pela Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro-PI*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, CUIDADOS INFANTIS E PROTEÇÃO DESTINADOS AOS BERÇÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO–PI (ITENS 01, 02, 03, 15, 16, 17, 23)** , nas condições estabelecidas no Termo de Referência. em decorrência do êxito alcançado pela Contratada no processo administrativo nº. **146/2026**, Procedimento nº. **041/2026**, sob a modalidade Pregão Eletrônico.

Descrição do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	FABRICANTE/ MARCA	V.UNT (R$)	V. TOTAL (R$)
01	Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho XXG, indicada para crianças com peso entre 15 e 26 kg, confeccionada em material não tecido (TNT), filme de polietileno, polpa de celulose e	UND	200	MAMYPOKO	R$ 44,57	R$ 8.914,00

	polímero superabsorvente (SAP), com formato anatômico, cintura elástica 360°, ajuste confortável ao corpo e laterais destacáveis para facilitar a remoção. Deve possuir barreiras duplas antivazamento, cobertura externa respirável, camada interna macia de rápida absorção, sistema de distribuição uniforme de líquidos, proporcionando alta capacidade de absorção e proteção prolongada, inclusive durante o período noturno. Produto dermatologicamente testado, atóxico, livre de substâncias nocivas à pele, com indicador de frente e verso e fita adesiva para fechamento e descarte higiênico após o uso. Embalagem contendo 44 (quarenta e quatro) unidades, com identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade (quando aplicável) e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro ou notificação junto à ANVISA, quando aplicável. Qualidade igual ou superior à Fralda-Calça MamyPoko Premium Seca XXG. Marca de referência: MamyPoko. Modelo de referência: Fralda-Calça Premium Seca – XXG – Pacote com 44 unidades.					
02	Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho G, indicada para crianças com peso entre 9 e 14 kg, confeccionada em não tecido (TNT), polpa de celulose, polímero superabsorvente (SAP), filme de polietileno e materiais elásticos. Deve possuir formato anatômico, cintura elástica 360°, barreiras duplas antivazamento, camada interna de rápida absorção, cobertura externa respirável e toque macio, proporcionando alta capacidade de absorção e proteção prolongada para uso diurno e noturno. As laterais deverão ser destacáveis para facilitar a retirada, contendo fita adesiva para fechamento e descarte higiênico após o uso. Produto dermatologicamente testado, atóxico, livre de substâncias nocivas à pele, com indicação de frente e verso. Embalagem contendo 50 (cinquenta) unidades, identificada com nome do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade (quando aplicável) e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro ou notificação na ANVISA, quando	UND	150	MAMYPOKO	R$ 33,11	R$ 4.966,50

	aplicável. Qualidade igual ou superior à Fralda-Calça MamyPoko Dia & Noite. Marca de referência: MamyPoko Modelo de referência: Fralda-Calça Dia & Noite Tamanho: G (9 a 14 kg) Apresentação: Pacote com 50 unidades.					
03	Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho G, indicada para crianças com peso entre 9 e 14 kg, confeccionada em não tecido (TNT), polpa de celulose, polímero superabsorvente (SAP), filme de polietileno e componentes elásticos. Deve possuir formato anatômico, cintura elástica com ajuste ao corpo, barreiras laterais antivazamento, camada interna de rápida absorção, cobertura externa respirável e toque macio, proporcionando conforto, segurança e proteção contra vazamentos por até 12 (doze) horas. As laterais deverão ser destacáveis para facilitar a remoção e o produto deverá possuir fita adesiva para fechamento e descarte higiênico após o uso. Produto dermatologicamente testado, atóxico, livre de substâncias nocivas à pele, com indicação de frente e verso. Embalagem contendo 28 (vinte e oito) unidades, identificada com nome do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade (quando aplicável) e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro ou notificação na ANVISA, quando aplicável. Qualidade igual ou superior à Fralda-Calça MamyPoko Superproteção. Marca de referência: MamyPoko Modelo de referência: Fralda-Calça Superproteção Tamanho: G (9 a 14 kg) Apresentação: Pacote com 28 unidades.	UND	150	MAMYPOKO	R$ 25,55	R$ 3.832,50
15	Lenço umedecido para higiene infantil, acondicionado em balde plástico reutilizável contendo 400 (quatrocentas) unidades, confeccionado em não tecido (TNT), macio e resistente, umedecido com solução dermatologicamente testada, livre de álcool etílico, com pH balanceado, adequado para a limpeza da pele sensível do bebê. Deve possuir fórmula suave, enriquecida com agentes hidratantes e emolientes, auxiliando na limpeza e hidratação da pele, sem causar irritações. Os lenços deverão apresentar boa resistência ao rasgo, elevada absorção e	UND	80	USE IT BABY	R$ 22,80	R$ 1.824,00

	dimensões adequadas para higiene corporal. O balde deverá possuir tampa com sistema de vedação que preserve a umidade dos lenços durante o armazenamento e o uso. Produto atóxico, com fragrância suave (quando aplicável), identificado com nome do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro ou notificação junto à ANVISA, quando aplicável. Qualidade igual ou superior aos Lenços Umedecidos em Balde com 400 unidades. Marca de referência: Use It Baby (ou equivalente). Modelo de referência: Balde de Lenços Umedecidos. Apresentação: Balde com 400 unidades.					
16	Lenço umedecido para higiene infantil, acondicionado em embalagem contendo 500 (quinhentas) unidades, distribuídas em 10 (dez) pacotes com 50 (cinquenta) unidades cada, confeccionado em não tecido (TNT), macio, resistente e de alta absorção, umedecido com solução dermatologicamente testada, livre de álcool etílico, com pH balanceado e adequado para a limpeza da pele sensível do bebê. Deve possuir fórmula suave, enriquecida com agentes hidratantes e emolientes, auxiliando na limpeza e hidratação da pele sem causar irritações. Os lenços deverão apresentar boa resistência ao rasgo, dimensões adequadas para higiene corporal e sistema de fechamento que preserve a umidade após a abertura da embalagem. Produto atóxico, com fragrância suave (quando aplicável), identificado com nome do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro ou notificação junto à ANVISA, quando aplicável. Qualidade igual ou superior aos Lenços Umedecidos MamyPoko Dia & Noite. Marca de referência: MamyPoko. Modelo de referência: Lenços Umedecidos Dia & Noite. Apresentação: Caixa contendo 500 unidades (10 pacotes com 50 unidades cada).	UND	90	MAMYPOKO	R$ 20,32	R$ 1.828,80
17	Creme preventivo para assaduras, acondicionado em bisnaga contendo 120 g, formulado com óxido	UND	100	HIPOGLOS	R$ 14,75	R$ 1.475,00

	de zinco e agentes emolientes, destinado à prevenção e proteção da pele contra assaduras, formando barreira protetora de longa duração contra umidade, urina e fezes. Deve possuir ação hidratante, auxiliar na regeneração da pele sensibilizada, apresentar textura cremosa de fácil aplicação e remoção, dermatologicamente testado, hipoalergênico, livre de substâncias que possam causar irritações cutâneas, indicado para uso diário em recém-nascidos, crianças e adultos. Embalagem original, lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição, modo de uso e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente. Produto com registro válido na ANVISA. Qualidade igual ou superior ao Hipoglós Creme Preventivo de Assaduras 120 g. Marca de referência: Hipoglós. Modelo de referência: Creme Preventivo de Assaduras. Apresentação: Bisnaga contendo 120 g.					
23	Escova para limpeza de mamadeiras, confeccionada em material plástico de alta resistência, atóxico e livre de BPA, composta por cabo anatômico e cerdas macias, flexíveis e resistentes, próprias para higienização interna de mamadeiras, copos, recipientes e utensílios infantis, sem causar riscos ou danos às superfícies. Deve possuir cabeça com formato anatômico para alcançar o fundo e as laterais da mamadeira, acompanhada de escova auxiliar para limpeza de bicos e acessórios, quando aplicável. Produto de fácil manuseio, lavável, reutilizável e resistente ao uso contínuo, proporcionando limpeza eficiente e segura. Embalagem individual contendo identificação do fabricante, composição, lote, instruções de uso e demais informações exigidas pela legislação vigente. Produto com qualidade igual ou superior à Escova para Limpeza de Mamadeiras Dellamed. Marca de referência: Dellamed. Modelo de referência: Escova para Limpeza de Mamadeiras. Apresentação: Kit contendo 01 escova para mamadeira e 01 escova para bico (quando aplicável).	UND	100	DELLAMED	R$ 9,47	R$ 947,00

VALOR TOTAL DOS ITENS	R$ 23.787,80

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. O Edital de Licitação e seus anexos;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de ***será de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura e a correspondente publicação****, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de ***R$ 23.787,80 (VINTE E TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).***

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.11.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de *30 (trinta)* para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

8.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, *junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento,* os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no edital de licitação;

8.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

8.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d) **Multa:**

d.1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

d.2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.4. Indenizações e multas.

11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na seguinte dotação: **ICMS – FPM – FPE – SEMEC – PNAE - PEJA – PDDE – BRASIL CARINHOSO – BRASIL ALFABETIZADO - FUNDEB – FME - QUOTA – RECURSOS FEDERAIS - QSE E OUTROS RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTORA DO CONTRATO

16.1. Fica designado como Gestor do Contrato a Sr.ª **ANDRIZA NEGREIROS LIMA, PORTADORA DO CPF Nº 622.119.313-32.**

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCAL DO CONTRATO

17.1. Fica designado como Fiscal do Contrato a Sr.ª. **MARIA SANDRA BISPO DE SOUSA, PORTADORA DO CPF Nº 024.605.913-30.**

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Ribeiro Gonçalves, Estado do Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Baixa Grande do Ribeiro – PI, **29 de Setembro de 2026.**

Rita Rodrigues dos Santos
RITA RODRIGUES DOS SANTOS GOMES
Secretária Municipal de Educação
CONTRATANTE

Mauricete Mota da Silva e Sousa
M M DA SILVA E SOUSA (COMERCIAL SAO MIGUEL)
CNPJ Nº 42.557.318/0001-18
CONTRATADA

Andriza Negreiros Lima
ANDRIZA NEGREIROS LIMA
GESTOR DO CONTRATO

MARIA SANDRA BISPO DE SOUSA
FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:
1- _____ CPF: _____
2- _____ CPF: _____

VISTO EM ____/____/____

_____
Prefeito Municipal

Id:13B5C9AE8B499AF4

GOVERNO MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO
Cuidar e Fazer
GESTÃO 2025-2028

AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro-PI torna público que realizará a abertura da Concorrência Eletrônica abaixo citada, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório.

- **Concorrência Eletrônica nº. 014/2026**
- **Processo Administrativo nº. 173/2026**
- **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO MATADOURO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO – PI
- **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global
- **Fonte de Recursos:** ICMS – FPM – E OUTROS RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO
- **Data da Abertura:** 20 de outubro de 2026.
- **Hora da Abertura:** 10h00 (dez horas)
- **Valor:** R$ 551.403,94 (quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e três reais e noventa e quatro centavos)
- **Endereço eletrônico: https://www.licitacaobgrpi.com.br/** e no site do TCE/PI
- **Informações:** Setor de Licitações de Baixa Grande do Ribeiro-PI, situado na Rua Uzulina Bezerra, S/Nº – Centro – Baixa Grande do Ribeiro-PI; E-mail:cplbgrpi@gmail.com Fone: (89) 98106-5898

Baixa Grande do Ribeiro-PI, 29 de setembro de 2026.

JOÃO BATISTA SOARES DA COSTA
Agente de Contratação

Id:05D512FAE3E59BE1

Portal de Compras

Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Termo de Adjudicação
Processo Nº 041/2026

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente processo, adjudico as empresas vencedoras conforme indicado abaixo:

FORNECEDOR:DISTRIBUIDORA STELLA LTDA — 14.496.361/0001-65

LOTE/ITEM	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
0004 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho G, indicada para crianças com	PAMPERS	46,99	130	6.108,70
0005 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho G, indicada para crianças com	PAMPERS	22,99	120	2.758,80
0006 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho XG, indicada para crianças com	PAMPERS	59,99	150	8.998,50
0007 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho XG, indicada para crianças com	PAMPERS	41,50	100	0.230,00
0008 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho XXG, indicada para crianças	PAMPERS	44,99	120	5.398,80
0009 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho XG, indicado para crianças com	PAMPERS	33,99	180	6.118,20
0010 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho P, indicada para crianças com	PAMPERS	33,99	200	6.798,00
0011 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho P, indicada para crianças com	PAMPERS	32,43	180	5.837,40
0012 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho M, indicada para crianças com	PAMPERS	27,65	200	5.530,00
0013 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho M, indicada para crianças com	PAMPERS	46,20	250	11.550,00
0014 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho M, indicada para crianças com	PAMPERS	34,51	200	6.902,00
0018 Toalha de banho infantil para bebê, confeccionada em tecido felpudo 100%	SANTISTA	14,91	200	2.982,00
0019 Sabonete líquido infantil, acondicionado em frasco com válvula pump contendo	MURIEL BABY	18,85	200	3.770,00
0020 Pente fino para remoção de piolhos e lêndeas, confeccionado em material	SANTA CLARA	2,84	80	227,20
0021 Pente plástico infantil, confeccionado em polipropileno ou material plástico de	SANTA CLARA	4,41	100	441,00
0022 Conjunto para higiene e cuidados das orelhas do bebê, composto por 01 (uma)	BONI	14,83	85	1.260,55
0024 Babador infantil confeccionado em material impermeável, atóxico, flexível,	LILO	8,74	200	2.822,00
QTD: 17		VALOR TOTAL:		83.601,65

FORNECEDOR:M M DA SILVA E SOUSA — 42.557.318/0001-18

LOTE/ITEM	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
0001 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho XXG, indicada para crianças	MAMYPOKO	44,87	200	8.974,00
0002 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho G, indicada para crianças com	MAMYPOKO	33,11	150	4.966,50
0003 Fralda infantil descartável tipo calça, tamanho G, indicada para crianças com	MAMYPOKO	26,03	150	3.903,50
0015 Lenço umedecido para higiene infantil, acondicionado em balde plástico	USE IT BABY	22,00	80	1.824,00
0016 Lenço umedecido para higiene infantil, acondicionado em embalagem	MAMYPOKO	20,22	80	1.628,80
0017 Creme preventivo para assaduras, acondicionado em bisnaga contendo 120 g.	HIPOGLOS	14,75	100	1.475,00
0025 Esponja para limpeza de mamadeiras, confeccionada em material plástico de	DELLANED	9,47	100	947,00
QTD: 7		VALOR TOTAL:		23.787,80

VALOR GERAL: 107.389,45

Id:030E880A28D19BAA

GOVERNO MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO
Cuidar e Fazer
GESTÃO 2025-2028

EXTRATO DE CONTRATO

FUNDAMENTO LEGAL:
NORMA GERAL DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR 123/2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2026
PROCEDIMENTO Nº. 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 258/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI CNPJ Nº. 25.140.579/0001-19
ENDEREÇO: PRAÇA CHIQUINHO EZEQUIEL, S/Nº, CENTRO, BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI, CEP: 64.868-000

CONTRATADA:
DISTRIBUIDORA STELLA LTDA (ELETRO & CIA) CNPJ Nº 14.496.361/0001-65
ENDEREÇO: R DO EGITO, Nº 884, CENTRO, BALSAS-MA, CEP: 65.800-000

GESTOR DO CONTRATO:
ANDRIZA NEGREIROS LIMA, PORTADORA DO CPF Nº 622.119.313-32

FISCAL DO CONTRATO:
MARIA SANDRA BISPO DE SOUSA, PORTADORA DO CPF Nº 024.605.913-30

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, CUIDADOS INFANTIS E PROTEÇÃO DESTINADOS AOS BERÇÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI

FONTE DE RECURSOS:
ICMS – FPM – FPE – SEMEC – PNAE - PEJA – PDDE – BRASIL CARINHOSO – BRASIL ALFABETIZADO - FUNDEB – FME - QUOTA – RECURSOS FEDERAIS - QSE E OUTROS RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

VALOR TOTAL PARA OS ITENS: 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 24:
R$ 83.601,65 (OITENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E UM REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

DA FORMA DE PAGAMENTO:
PAGOS DE ACORDO COM OS PRODUTOS FORNECIDOS.

DO PRAZO:
O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DA SUA ASSINATURA E A CORRESPONDENTE PUBLICAÇÃO

DATA DA HOMOLOGAÇÃO:
29 DE SETEMBRO DE 2026

DATA DA ADJUDICAÇÃO:
29 DE SETEMBRO DE 2026

DATA DA ASSINATURA:
29 DE SETEMBRO DE 2026

SIGNATÁRIOS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI CNPJ Nº. 25.140.579/0001-19 (CONTRATANTE)
DISTRIBUIDORA STELLA LTDA (ELETRO & CIA) CNPJ Nº 14.496.361/0001-65 (CONTRATADO)

Id:15190F26E8D39BBE

GOVERNO MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO
Cuidar e Fazer
GESTÃO 2025-2028

EXTRATO DE CONTRATO

FUNDAMENTO LEGAL:
NORMA GERAL DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR 123/2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2026
PROCEDIMENTO Nº. 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 259/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI CNPJ Nº. 25.140.579/0001-19
ENDEREÇO: PRAÇA CHIQUINHO EZEQUIEL, S/Nº, CENTRO, BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI, CEP: 64.868-000

CONTRATADA:
M M DA SILVA E SOUSA (COMERCIAL SAO MIGUEL) CNPJ Nº 42.557.318/0001-18
ENDEREÇO: R ISIDORIO GOMES, Nº 2760, LOJA A, CENTRO, BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI, CEP: 64.869-000

GESTOR DO CONTRATO:
ANDRIZA NEGREIROS LIMA, PORTADORA DO CPF Nº 622.119.313-32

FISCAL DO CONTRATO:
MARIA SANDRA BISPO DE SOUSA, PORTADORA DO CPF Nº 024.605.913-30

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, CUIDADOS INFANTIS E PROTEÇÃO DESTINADOS AOS BERÇÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI

FONTE DE RECURSOS:
ICMS – FPM – FPE – SEMEC – PNAE - PEJA – PDDE – BRASIL CARINHOSO – BRASIL ALFABETIZADO - FUNDEB – FME - QUOTA – RECURSOS FEDERAIS - QSE E OUTROS RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

VALOR TOTAL PARA OS ITENS: 01, 02, 03, 15, 16, 17, 23:
R$ 23.787,80 (VINTE E TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS)

DA FORMA DE PAGAMENTO:
PAGOS DE ACORDO COM OS PRODUTOS FORNECIDOS.

DO PRAZO:
O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DA SUA ASSINATURA E A CORRESPONDENTE PUBLICAÇÃO

DATA DA HOMOLOGAÇÃO:
29 DE SETEMBRO DE 2026

DATA DA ADJUDICAÇÃO:
29 DE SETEMBRO DE 2026

DATA DA ASSINATURA:
29 DE SETEMBRO DE 2026

SIGNATÁRIOS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI CNPJ Nº. 25.140.579/0001-19 (CONTRATANTE)
M M DA SILVA E SOUSA (COMERCIAL SAO MIGUEL) CNPJ Nº 42.557.318/0001-18 (CONTRATADO)